|  |
| --- |
| TEMA: ‘‘Previdência e trabalho com foco na Dívida Pública’’ |

**Senado Federal**

**Comissão de Direitos Humanos – CDH, Anexo II, Plenário 06,**

**13 de Maio de 2019. Início: 09h00, término 11h54.**

A audiência foi presidida pelo autor do requerimento, Senador Paulo Paim (PT/RS). O presidente da audiência inicia a reunião, em razão da data (13/05), fazendo uma breve reflexão sobre as desigualdades sociais sofridas pela população negra no Brasil. Usando três dados estatísticos, o presidente da audiência discute a mortalidade de jovens negros, em comparação a de jovens brancos, e a diferença salarial da mão de obra negra em relação à branca.

Maria Lucia Fatorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, começa abordando uma gênese da reforma. Segundo a coordenadora, a ideia da fazer uma reforma previdenciária teria sido recomendada por órgãos internacionais e seu objetivo principal seria substituir o regime de seguridade social por um de capitalização. Para iniciar o processo seria, segundo o Ministro da Economia – Paulo Guedes – um trilhão de reais, o processo, porém, nenhum dado parece ter sido divulgado sobre o custo do processo inteiro, que foi 1,36 PIB na Argentina. Caso a transição custasse o mesmo para o Brasil, proporcionalmente, seriam nove trilhões de reais gastos. Fatorelli, assim, questiona de onde viria esse dinheiro e afirma que a crise financeira atual não fora causada por um rombo na Previdência Social, mas sim pela política monetária do Banco Central de Remuneração da Sobra de Caixa dos Bancos. Esta política teria implicou um aumento na dívida pública, aumento dos juros bancários e escassez de moeda no mercado, que foram determinantes, segundo ela, para a conjuntura econômica atual.

Rodrigo Vieira de Ávila, economista, inicia sua participação questionando a transparência dos juros pagos em dívida pública, pois parte deste seria contabilizada como rolagem. A partir de uma relação entre déficit primário (arrecadação menos gastos sociais) e dívidas públicas, em que, enquanto este se mantinha baixo (em alguns anos, negativo) aquele crescia rapidamente. Assim ele reforça o posicionamento de Fatorelli, afirmando que a Previdência Social não é responsável pelo rombo, mas sim – citando o TCU (2017) – as altas taxas de juros. Ao final, ele trata dos beneficiários da dívida pública, que são majoritariamente bancos estrangeiros, e pede uma comissão de auditoria para apurar os receptores diretos desses recursos e esclarecer a origem da crise econômica.

Edson Carneiro, representante da Intersindical – Central da classe trabalhadora, inicia sua fala problematizando a agenda parlamentar do congresso que se configura como desmanteladora da soberania nacional, do estado e dos direitos nacionais. Posteriormente, reforça a posição dos palestrantes anteriores questionando o cálculo usado para chegar ao déficit previdenciário. Segundo Edson, haveria ocorrido apenas o balanço da quantidade de contribuições de empregados e empresas contra os gastos previdenciários, o que, constitucionalmente, estaria errado tendo em vista que a previdência dispõe da arrecadação do COFINS, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição da loteria federal, do PIS PASEP e de receitas de concursos. O representante afirma que, na proposta providenciaria do governo, a poupança seria apenas assistida pela contribuição do empregado, isentando as empresas. Ele trata o caráter elitista da reforma, citando as reformas trabalhistas e medidas adotadas nesse e no governo anterior que agravaram o desemprego.

Antônio Gonçalves Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES – SN, começa com uma reflexão na conformação capitalista no Brasil, em que haveria uma socialização de prejuízos, mas uma retenção de lucros de investimentos de baixo risco, a partir do uso de capital da união, por parte dos investidores brasileiros. Neste regime, o sistema de bem-estar social se encontra ameaçado. Ele questiona em um segundo momento, os lucros bancários de 100 bilhões em um momento de crise econômica, suscitando o aumento da desigualdade social. Ele cita reservas que poderiam ser usadas para conter os gastos públicos e quitar a dívida. Gonçalves Filho, ainda, trabalha a origem da dívida pública, a qual aponta – como os outros – ser a causa da crise, na grande taxa de juros, nas taxas de juros sobre juros, nas conversões de dívidas bancarias em públicas.

Paulo Fontoura Valle, o Subsecretário do Regime de Previdência Complementar da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, como representante do governo, defende a reforma. Primeiramente, defende a reforma no aspecto demográfico, citando a inversão da pirâmide etária, o aumento da longevidade do brasileiro e a queda de fecundidade. Segundamente, trata da questão orçamentária e seu caráter normativo (projetivo). No caso das várias fontes de quitação da despesa orçamentária, suscitadas por Edson Carneiro, o subsecretário alega que estes já não se fazem suficientes para conseguir um superávit. Quanto à grande taxa de juros, que é estabelecida pelo Banco Central, ele explicou que seu valor é estabelecido para controlar a inflação, herdada de governos anteriores, e para reduzir a fragilidade do mercado brasileiro em relação ao mercado externo. A capitalização, segundo Fontoura, seria pauta posterior a qual seria implementada a partir de por um projeto de lei complementar. Durante toda a fala, o subsecretário afirmou que o governo e as medidas estão abertas a mudança e a debate.